

gar na carreira/categoria de encarregado do grupo de pessoal de chefia operário do quadro de pessoal desta autarquia.

4 de Setembro de 2006. — O Vice-Presidente da Câmara, *Rui César de Sousa Albergaria e Castro*.
3000215459

CÂMARA MUNICIPAL DE CASTRO VERDE

Aviso

Para os devidos efeitos se torna público que, por despacho do presidente da Câmara de 28 de Agosto de 2006, foi nomeada, definitivamente, após aprovação em estágio, e homologação da acta de classificação final, por meu despacho de 25 de Agosto de 2006, nos termos do n.º 5 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, a candidata classificada em 1.º lugar, no concurso externo de ingresso para provimento de um estagiário para um lugar de técnico de 2.ª classe (turismo), aberto por aviso datado de 16 de Fevereiro de 2005, publicado no *Diário da República*, 3.ª série, n.º 44, de 3 de Março de 2005.

1.º Ana Maria Carolina Guerreiro — 16,2 valores.

A candidata deverá aceitar a nomeação no prazo de 20 dias a contar da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

28 de Agosto de 2006. — O Presidente da Câmara, *Fernando Sousa Caeiros*.
1000305533

Aviso

Para os devidos efeitos, torna-se público que, por meu despacho de 25 de Agosto de 2006 e ao abrigo do artigo 74.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, foi deferido o pedido de licença sem vencimento, por 90 dias, ao funcionário desta autarquia António Manuel Torres Guerreiro, na categoria de nadador-salvador, com início no dia 19 de Outubro de 2006.

29 de Agosto de 2006. — O Presidente da Câmara, *Fernando Sousa Caeiros*.
1000305534

CÂMARA MUNICIPAL DE CELORICO DE BASTO

Aviso

Admissão de cinco vigilantes de floresta para a Serra do Viso

Para os devidos efeitos se torna público que, por meu despacho de 6 de Julho de 2006, decidi contratar a termo certo e por urgente conveniência de serviço, pelo período de cinco meses, os indivíduos abaixo mencionados, para exercer funções de vigilantes de floresta, com início de funções em 7 de Julho de 2006, de acordo com o estipulado no Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, com as alterações que lhe foram introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho, pela Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto, e de acordo com o estabelecido pela alínea f) do artigo 9.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho:

Élio Benjamim Teixeira Pereira.
Ricardo Jorge Pinto Silva.
Francisco Magalhães Gonçalves.
Carlos Henrique Magalhães Sousa.
Armando Sérgio Carvalho Sousa.

5 de Setembro de 2006. — O Presidente da Câmara, *Albertino Teixeira Mota Silva*.
1000305548

Aviso

Admissão para cinco vigilantes de floresta para a serra de Infesta e Ourilhe

Para os devidos efeitos se torna público que, por meu despacho de 6 de Julho de 2006, decidi contratar a termo certo e por urgente conveniência de serviço, pelo período de cinco meses, os indivíduos abaixo mencionados, para exercer funções de vigilantes de floresta,

com início de funções em 7 de Julho de 2006, de acordo com o estipulado no Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, com as alterações que lhe foram introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho, pela Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto, e de acordo com o estabelecido pela alínea f) do artigo 9.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho:

Pedro Daniel Marinho Carvalho.
Daniel Fernando Fernandes Marinho Gomes.
Jorge Fernando Teixeira Costa.
Tito Lívio Costa Freitas Domingues.
Agostinho Gonçalves Magalhães Coelho.

6 de Setembro de 2006. — O Presidente da Câmara, *Albertino Teixeira Mota Silva*.
1000305549

Aviso

Denúncia de contrato de trabalho a termo certo

Em cumprimento do estipulado pela alínea c) do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, adaptado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, torna-se público que foi denunciado em 20 de Julho de 2006, pelo trabalhador Pedro Daniel Marinho Carvalho, o contrato de trabalho a termo certo, celebrado a 7 de Julho de 2006 com a categoria de vigilante de floresta.

6 de Setembro de 2006. — O Presidente da Câmara, *Albertino Teixeira Mota Silva*.
1000305550

Aviso

Nomeação de um vigilante de floresta

Para os devidos efeitos se torna público que, por meu despacho de 26 de Julho de 2006, decidi contratar a termo certo e por urgente conveniência de serviço, Teófilo Luís Costa Freitas Domingues, para exercer funções de vigilantes de floresta, com início em 31 de Julho e término em 6 de Dezembro de 2006, de acordo com o estipulado no Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, com as alterações que lhe foram introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho, pela Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto, e de acordo com o estabelecido pela alínea f) do artigo 9.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho.

6 de Setembro de 2006. — O Presidente da Câmara, *Albertino Teixeira Mota Silva*.
1000305551

CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE

Aviso

Discussão pública

Fernando João Couto Cepa, presidente da Câmara Municipal de Esposende, torna público que, em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 27.º e do n.º 3 do artigo 22.º, ambos do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, se encontra em discussão pública a alteração ao licenciamento de operação urbanística de loteamento aprovado pelo alvará de loteamento n.º 11/86 — processo n.º 166/85, alteração esta requerida pela Câmara Municipal de Esposende, com sede na Praça do Município, freguesia de Esposende e concelho de Esposende, e que incide sobre o prédio urbano descrito na Conservatória do Registo Predial de Esposende sob o n.º 00051/110386, da freguesia de Esposende.

Mais torna público que a discussão pública se fará por um período de 15 dias, contados após passarem outros 15 dias sobre a data da publicação deste aviso no *Diário da República*, sendo certo que o processo se encontra patente, para consulta, na Divisão de Gestão Urbanística da Câmara Municipal de Esposende, sita no edifício dos Paços do Concelho, Praça do Município, em Esposende.

As reclamações, sugestões ou meras observações deverão ser entregues, por escrito, no local acima referido, durante o prazo de discussão pública.

6 de Setembro de 2006. — Pelo Presidente da Câmara, (*Assinatura ilegível*).
3000215464